



D. Maria, mulher de D. Manuel I: uma face esquecida da Corte do Venturoso

por

MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)



D. Maria, mulher de D. Manuel I, nasceu em 1482, em Lisboa, filha de D. João III e D. Catarina de Aragão. Foi educada na corte de seu pai, onde adquiriu uma sólida formação cultural e política. Casou-se com D. Manuel I em 1500, quando este tinha apenas dez anos de idade. A união foi arranjada por seu pai, com o objetivo de fortalecer os laços entre Portugal e Aragão. D. Maria tornou-se rainha consorte de Portugal e teve sete filhos, incluindo o futuro rei D. João III. Apesar de sua importância política, a figura de D. Maria tem sido frequentemente esquecida na história portuguesa. Este artigo pretende reconstituir a sua imagem e o seu papel na corte do Venturoso.

1. A infância de D. Maria e a sua educação.

2. O casamento de D. Maria com D. Manuel I e o início da sua vida de rainha consorte.

3. O papel de D. Maria na corte de D. Manuel I e a sua influência política.

4. A educação dos filhos de D. Maria e o seu papel na formação da dinastia.

5. A morte de D. Maria e o seu legado.



D. MARIA, MULHER DE D. MANUEL I: UMA FACE ESQUECIDA DA CORTE DO VENTUROSO

No âmbito dos estudos sobre as relações políticas e culturais entre os Reis Católicos e D. Manuel, assim como sobre diversos aspectos da corte portuguesa dos primeiros anos do século XVI, tem-se dado muito pouco realce à figura e à influência de D. Maria, segunda mulher do monarca português e mãe da grande maioria de seus filhos, o primeiro dos quais o futuro rei D. João III¹. E, contudo, depois do falecimento da sua irmã Isabel, primeira mulher de D. Manuel, a preparação do seu casamento foi igualmente envolvida por idênticos objectivos políticos, embora muitos deles rapidamente esvaziados após o nascimento do príncipe Carlos, filho da sua irmã Joana e de Filipe de Habsburgo nesse mesmo ano de 1500.

Independentemente das razões essenciais de estratégia política de âmbito ibérico que estiveram na base do seu casamento com D. Manuel, as imagens que os registos escritos deixaram desta rainha – que, segundo as palavras de Damião de Goes, era uma «mulher de boa statura alua, bem assombrada, ho queixo do rostro hum pouquo somido, hos olhos graçiosos, pouquo risonha...»² – são quase todas muito vagas, geralmente motivadas por intuítos encomiásticos que, obviamente, acabaram por fixar e difundir uma memória embelezadora; mas deixaram, conseqüentemente, muitos silêncios que são de difícil compreensão e que suscitam, no mínimo, alguma estranheza.

A maior parte dos documentos hoje conhecidos, ou se referem às condições, ao contrato e dote de casamento³, ou a episódios relativos aos primeiros tempos da sua vinda para Portugal⁴ – sobretudo algumas cartas do bacharel Palma⁵, do embai-

¹ D. Maria (Córdova, 29 Junho de 1482 – Lisboa, 1517) era a terceira filha dos Reis Católicos e foi a segunda mulher de D. Manuel e também mãe de quase todos os seus filhos: D. João (1502-1557), futuro rei; D. Isabel (1503-1539), futura Imperatriz; D. Beatriz (1504-1538), futura Duquesa de Saboia; D. Luis (1506-1555), Duque de Beja; D. Fernando (1507-1534), Duque da Guarda; D. Afonso (1509-1540), futuro Cardeal; D. Henrique (1512-1580), futuro Cardeal e Rei; D. Maria (m.1513); D. Duarte (1515-1540), Duque de Guimarães; D. António (1516). Sobre a «felicidade» desta rainha, veja-se Nancy RUBIN, *Isabella of Castile. The first Renaissance Queen*, New York, 1991, 378.

² GOES, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góes*, edição anotada e prefaciada por J.M. Teixeira de Carvalho e Daniel Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte IV, cap. XIX, 49-50.

³ Alguns dos mais importantes – incluindo também as arras e dote de D. Isabel – foram publicados por TORRE, Antonio de la, e SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. III, esp. 28-54, 70-76 e 136-138.

⁴ A começar pelo elogio feito por Cataldo Parísio Sículo na *Oratio* que preparou para a sua entrada solene em Santarém (que não chegou a ser proferida), nos primeiros anos de Quinhentos. Veja-se a edição bilingue desta *Oratio*, feita por SILVA, M. Margarida B. da, e RAMALHO, Américo da Costa, em SÍCULO, Cataldo Parísio – *Duas orações*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974, pp. 75-119.

⁵ «Carta del bachiller Palma al tesorero Alfonso de Morales con noticias de haberse efectuado el matrimonio de Manuel de Portugal con la infanta María», in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, ob. cit., 64-66.

xador Ochoa de Isasaga⁶ e dela própria⁷ –, ou dão desta rainha uma imagem retrospectiva a partir da sua morte e da memória que alguns cronistas fixaram; compreensivelmente, essa imagem está marcada pelas grandes pinceladas em torno da sua vida moral e práticas devotas⁸, como sucede com a breve «vida» incluída no *Carro de las Donas* (publicado em Valladolid em 1542 e dedicado à rainha D. Catarina⁹) – texto retomado quase textualmente por Juan Pérez de Moya na *Varia historia de sanctas e illustres mujeres...*, publicada em Madrid em 1583 e, em tradução portuguesa, por Fr. Luís dos Anjos no *Jardim de Portugal*, impresso em Coimbra em 1626, de que adiante me ocuparei – e, igualmente, com a breve notícia inserta na já citada *Crónica do Rei D. Manuel* de Damião de Góis e com a sua evocação no *De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis* de D. Jerónimo Osório¹⁰.

Apesar dos diferentes relatos (e dos diferentes contextos ou enquadramentos de cada um deles), todos acentuam as mesmas qualidades morais essenciais. Nas palavras de Damião de Goes, era «muim honesta em todas suas praticas, de que has mais eram de cousas diuinas»¹¹, o que corresponde, nas palavras ainda mais generosas de D. Jerónimo Osório, à afirmação (aqui em tradução) de que foi «senhora de graves costumes e teor de vida, muito afável e humana em seu trato, e mui comedida em tôdas as suas falas, e por suas muitas virtudes admirável»¹².

Em relação às virtudes cristãs, era, nas palavras de Damião de Goes, «muito caridosa, & dada a emparar horphãos, & veuvas a que fazia muitas esmolos pera se sustentarem, & assi pera ajuda de seus casamentos muito imiga de passar ho tempo ocçiosamente», sendo «muim continua em suas orações, & deuções, cosia,

⁶ Vejam-se a «Carta de Ochoa de Isasaga a los Reyes Católicos con noticias de la Corte portuguesa y de la reina María», a célebre «Carta de Ochoa de Isasaga a los Reyes Católicos con noticias de las fiestas de Navidad en la Corte portuguesa» e ainda a «Carta de Ochoa de Isasaga a los Reyes Católicos, con noticias de la reina María» in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, ob. cit., respectivamente 66-69, 77-85 e 96.

⁷ «Carta de María, reina de Portugal, a Diego de Silveira, para que interceda cerca de su madre Isabel en favor de Manuel de Villena e Isabel de Mendoza, penados por haber pasado trigo a Portugal en 1503», in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, ob. cit., 121-2.

⁸ Sobretudo a *Crónica de D. Manuel* de Damião de Goes e o retrato feito pelo autor do *Carro de las Donas*, editado em 1542, retomado no essencial por PÉREZ DE MOYA na *Varia historia de sanctas e illustres mujeres* em 1583 e por Fr. Luis dos ANJOS no *Jardim de Portugal*, editado em 1626, como adiante tentarei mostrar.

⁹ *Carro de las Donas*, cap. LXVI. Este excerto da obra foi publicado por VIERA, David, «A rare sixteenth century biography of Maria of Portugal (1482-1517)», *Archivum Franciscanum Historicum*, 87 (Jan-Jun. 1994), fasc. 1-2, 141-148.

¹⁰ Cito pela respectiva tradução portuguesa por Francisco Manuel do Nascimento com o título de *Vida e Feitos de el-rei D. Manuel*, 2 vols, Porto, Livraria Civilização, 1944, vol. II, 206.

¹¹ Damião de GOES, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte IV, cap. XIX, 49-50.

¹² OSÓRIO, D. Jerónimo, *Vida e Feitos de el-rei D. Manuel*, vol. II, 206. Aliás, quando D. Jerónimo Osório referiu a proposta de casamento com D. Maria, depois da morte da sua irmã D. Isabel, também já notara que «era D. Maria um traslado perfeito de modéstia, de brandura e de bondade» (ibid., vol. I, p. 77).

& lauraua, ocupando todas suas damas, & moças da camara no mesmo offiço»¹³, o que corresponde genericamente, no testemunho de D. Jerónimo Osório, à afirmação de que «Não consentiu ócio em si, nem nas damas e meninas de seu paço, porque se lhes não eivasse o ânimo; e por essa razão lavrava com suas próprias mãos, tecidos e bordados em lenço e em sêda mulheris trabalhos, excitando as outras a imitála, menos com vozes que com o exemplo» e à de que «Era no culto da religião mui pontual, no acudir às necessidades da pobreza mui benigna, em sustentar donzelas e dotá-las para esposarem honestos maridos caridosa como mãe e liberal como rainha»¹⁴.

No que diz respeito ao seu estatuto de esposa e mãe, Damião de Goes afirmou que «castigava ho Príncipe, & Infantes seus filhos quando ho mereçiam, sem perdoar a nenhum delles, ahos quaes todos sempre mostrou igual amor, sem nisso fazer outra diferença, que ha da preçedença da idade de que cada hu era: foi sempre muito bem casada, & trattada delrei sem antrelles nunca hauer diferença que se soubesse»¹⁵; por seu lado, D. Jerónimo Osório frisou a sua submissão e discrição, afirmando que «Nunca se intrometeu nos negócios de Estado, porque punha o principal brasão de uma mulher no recato e na brandura, dizendo que a torvação da vida procedia da usurpação dos encargos. Tinha muito acatamento àcerca de el-rei, seu espôso, nem jamais com injustos requerimentos forcejou afastá-lo da rectidão. Com seu amor ingénito e com severa criação conteve sempre seus filhos nos deveres da infância, nem ainda por brinco lhes consentia cometessem cousa além de honesto, não deixando sem castigo o menor resquício de maldade. Amava prodigiosamente a el-rei, e era dêle reciprocamente querida pela amabilidade de sua condição e santidade de seus costumes»¹⁶.

Relativamente a intervenções de âmbito mais público, Damião de Goes apenas refere a fundação do «nouo ho Mosteiro das Berlengas da ordem de sam Hieronymo», enquanto que D. Jerónimo Osório foi simultaneamente mais abrangente e vago, afirmando que «Edificou muitas igrejas, e por muitos sinais e preclaras obras manifestou sua devoção e humanidade». Ambos são coincidentes no tom da evocação da sua morte e da saudade que deixou. Segundo Damião de Goes, «sua morte foi muim sentida per todo o Regno». «Elrei no mesmo dia q ha Rainha faleceo se foi a Peralonga onde steue duas somanas, & depois se veo aho mosteiro Denxobregas da orde dos asues de sam Ioão, dõde passados oito dias se tornou pera ha cidade, com cuja vinda se alegraram todos, & se reformou a corte, & começou elRei dentender em negocios»¹⁷; no testemunho de D. Jerónimo Osório, «...deixou de si tão acerba saudade em Portugal» e «El-rei mesmo caiu em profundíssima tristeza e o que lhe fêz fôrça a surgir um tanto dela foi o cumprir com o ofício, não a deslem-

¹³ GOES, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte IV, cap. XIX, 49-50.

¹⁴ OSÓRIO, D. Jerónimo, *Vida e Feitos de el-rei D. Manuel*, vol. II, 206.

¹⁵ GOES, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte IV, cap. XIX, 49-50.

¹⁶ OSÓRIO, D. Jerónimo, *Vida e Feitos de el-rei D. Manuel*, vol. II, 206.

¹⁷ *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte IV, cap. XIX, 49-50.

brança do amor da espôsa; foi a sua resignação com Deus e o dar aos seus súbditos um traslado de paciência e moderação até no sentimento»¹⁸.

Deste modo, apesar do diferente estilo, existe uma quase coincidência destes dois cronistas na selecção dos aspectos que entenderam melhor retratar a vida e atitudes, tanto privadas como públicas, desta rainha, ou melhor contribuir para uma memória que sublinhava as suas virtudes morais e cristãs. Nelas assumem particular relevância as referências (em tom elogioso e de intuítos exemplares) às suas práticas devotas, aos actos de caridade, à fundação e protecção de instituições religiosas, à sua responsabilidade materna e, significativamente, à sua discrição política.

Relato um pouco mais extenso é o que deixou o autor do *Carro de las Donas*, propondo-a explicitamente, junto com outras rainhas portuguesas e espanholas, como «exemplo de las mugeres que agora son y serán hasta la fin del mundo»¹⁹. Teremos de recordar que este anónimo *Carro de las Donas*²⁰, retomando muitas passagens, alterando ou acrescentando outras, de *Lo Libre de les Dones* de Fr. Francisco Eximenis²¹, pretendeu, como confessou o seu autor à Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, ser um guia de virtudes cristãs, em particular, para as mulheres²². Como seria de esperar num texto deste tipo, com assumidos intuítos morais e educativos segundo modelos cristãos e prioritariamente dedicado às mulheres, o seu autor privilegiou, no breve relato da vida de D. Maria, a prática das virtudes cristãs e morais desta, dizendo-a «muy fuerte y muy bastante en las confesiones, comuniones y en los officios diuinos y fiestas de la Madre Sancta Yglesia, assí en ayunallas como en celebrallas, como en hazer grandes limosnas»; elogiou também a sua presença junto dos filhos, tomando a seu cargo a supervisão da criação e educação destes na infância, facto corroborado, aliás, por Francisco de Andrada na *Crónica de D. João III*, que afirmou que «se criava o princepe em casa da Rainha dona Maria sua mãe, onde se criou todo o tempo que ella foi viua»; aliás, diz ainda que «Ayo lhe não deu el Rey nem a nenhum dos ifantes seus irmãos, sendo custume antigo deste reyno darse a todos, não porque ignorasse este custume, pois tambem em sy o experimentára, senão porque o auia por cousa escusada», porque a «Rainha sua mãe em quanto foy viua lhe servio sempre de ayo, e teve delle o principal cuidado em tudo o que conuinha a sy e a seu estado, como a sua vida e saude,

¹⁸ OSÓRIO, D. Jerónimo, *Vida e Feitos de el-rei D. Manuel*, vol. II, 206.

¹⁹ «Vida de D. Maria», in *Carro de las Donas*, ob. cit., cap. LXVI, 144.

²⁰ Sobre as possíveis autorias desta obra, veja-se J. MESEGUER FERNÁNDEZ, OFM, «El traductor del *Carro de las Donas*, de Francisco Eiximeniz, familiar y biógrafo de Adriano VI», *Hispania*, vol. LXXV (1959), 230-240 e CLAUSSEL NÁCHER, Carmen, «El P. Carmona, OFM, confesor de Adriano VI y probable traductor del *LLibre de les Dones* de Francesc Eiximenis», *Archivum Franciscanum Historicum*, 89, fasc. 1-2 (Jan-Jun 1996), 287-305.

²¹ Utilizo a edição crítica de Frank Naccarato, sob a direcção de J. Coromines, de EIXIMENIS, Francesc, *Lo Libre de les Dones*, Barcelona, Dep. de Filologia Catalana/ Curial edicions, 1981, 2 vols.

²² VIERA, David, «Un estudio textual del *Carro de las Donas*, adaptación del *Libre de les Dones*», *Estudios Franciscanos*, 77 (1976), 153-180 e FERNANDES, M.^a de Lurdes Correia, *Espelhos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1995, esp. 42-44, 115-116.

e elle tambem lhe teue sempre a ella tanto acatamento e obediencia, quanta lhe deuia não somente polla obrigação geral de mãe, mas por todas as outras particulares da boa criação»²³.

A sua forte presença educativa e a atitude protectora não se limitava, contudo, aos filhos. Estendia-se, antes de mais, às suas damas – só as damas e moças de câmara seriam, segundo o autor do *Carro de las donas*, mais de oitenta²⁴ –, tratando-as «como a hijas» e casando-as dignamente (conforme terão testemunhado ao autor Isabel de Mendaño e de Guiomar de Melo, suas damas); depois, aos súbditos, dispendendo grandes esmolas, sendo «compassiua de los pobres y nescessitados» e influenciando quanto podia o próprio Rei para que também «hiziesse grandes limosnas y obras pías, y que perdonasse muchas deudas a sus vassallos», como a que exemplifica este autor no relato de um caso curioso, testemunhado e recordado por Isabel de Mendaño, do pedido de perdão para uma dívida de uma viúva, caso que, pela sua exemplaridade, foi também evocado por Juan Pérez de Moya e por Fr. Luis dos Anjos²⁵.

A sua «liberalidade» para com os vassallos, sobretudo os «pobres nescessitados» e «monjas e religiosos de todas religiones», estendia-se aos «ornamentos, cálices y corporales» e à intercessão junto do Rei «rogándole por encarcelados, por desterrados, y por otros que deuían deudas»²⁶. Numa carta da própria D. Maria dirigida a Diogo de Silveira e datada de 10 de Outubro de 1504, vemo-la pedir-lhe que «suplique» aos Reis Católicos para que «quisiese[n] perdonar por esta vez» a Manuel de Villena e Isabel de Mendoza, condenados por terem passado trigo para Portugal em 1503²⁷. Ainda segundo o autor do *Carro de las Donas* – que diz apoiar-se nos testemunhos das referidas damas e do seu confessor Fr. García de Padilla – era também «medianera y abogada» na construção de «monasterios, de yglesias y hospitales, de puentes, de muchos reparos de obras pías, que el christianíssimo rey don Manuel hedificó y hizo assi en sus reynos de Portugal como en la Yndia y yslas»²⁸. Da sua responsabilidade directa terá sido a já referida fundação e construção do mosteiro de S. Jerónimo nas Berlengas²⁹ (para que conseguiu a bula do Papa Leão X em 1513), já que era, segundo Fr. José de Sigüenza, «tan devota y aficionada a la

²³ Cito pela edição de M. Lopes de Almeida de ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão, 1976, cap. III, 5, sublinhado meu.

²⁴ «Vida de D. Maria», in *Carro de las Donas*, ob. cit., 146.

²⁵ PÉREZ DE MOYA, Juan, *Varia historia de sanctas e illustres mugeres*, ed. cit., 764 e Fr. Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal*, ed. cit., 212.

²⁶ «Vida de D. Maria», in *Carro de las Donas*, ob. cit., 147.

²⁷ «Carta de María, reina de Portugal, a Diego de Silveira para que interceda cerca de su madre Isabel en favor de Manuel de Villena e Isabel de Mendoza, penados por haber pasado trigo a Portugal en 1503», in *Documentos...*, ob. cit., 121-2.

²⁸ «Vida de D. Maria», in *Carro de las Donas*, ob. cit., 147-8.

²⁹ Cf. GOES, Damião de, *Cronica do Felicissimo Rei D. Manuel*, ed. cit., Parte IV, p. 49 e, sobretudo, Fr. JOSÉ DE SIGÜENZA, *Historia de la Orden de San Jerónimo, Tercera parte*, ed. de Ángel Weruaga Prieto, Salamanca, Junta de Castilla y León, Tomo II, *Libro primero*, cap. XXX, pp. 133-5.

religión de San Jerónimo» e pretendia que «los navegantes hallasen en ella un monasterio donde oyesen misa, y si fuese menester les administrasen los sacramentos y tuviesen algún consuelo corporal y espiritual»; para prior escolheu um seu confessor, Fr. Gabriel, «varón de muchos espíritu», mas «enemigo de corte y de palacio», que com ele levou cinco outros religiosos por si escolhidos³⁰. Aliás, apesar da relutância deste religioso em vir à corte, por diversas vezes a Rainha o terá chamado para com ele falar³¹. Pena que nos não sejam dadas indicações sobre a influência – melhor, sobre o tipo de influência – que exercia este confessor nos seus conselhos (que podiam não ser estritamente espirituais) ou nas suas conversas com a Rainha.

Ainda segundo o autor do *Carro de las Donas*, a Rainha foi sepultada com o hábito de S. Clara³² – como sucedera com a Rainha Santa – no Mosteiro da Madre de Deus, fundado, como se sabe, pela rainha D. Leonor que aí viria igualmente a ser sepultada com o hábito de S. Clara.

Se a narrativa encomiástica, baseada na evocação da memória ou no intento de exemplaridade, marca todos estes retratos morais desta rainha tão discreta – embora, ao que tudo indica, mas que a historiografia recente não refere, não pouco influente sobretudo junto do rei –, outros testemunhos ficaram relativos a aspectos particulares e, em alguns casos, pontuais da sua presença na corte portuguesa, particularmente nos primeiros meses e anos após o casamento e enquanto sua mãe foi viva. Claro que os aspectos cerimoniais referentes aos primeiros tempos em Portugal se reportam a actuações concretas no quadro da vida cortesã e política de então. As visitas do Rei, alguns passeios públicos a seu lado, as conversas com a Infanta D. Beatriz sua sogra e com a duquesa de Bragança D. Isabel, sua cunhada, algumas ocupações com as suas damas, visitas à casa da rainha D. Leonor e os modos de participação em festas cortesãs fazem parte de um quotidiano de cerimónias e etiquetas que não interessam excessivamente aqui, uma vez que, obedecendo a códigos relativamente rígidos ou formais do comportamento cortesão, não servirão grandemente para compreender a sua influência específica junto do rei ou da corte. O mesmo se não diria talvez, se os conhecêssemos, de testemunhos referentes a atitudes concretas da rainha passíveis (ou não) de ser articulados com este retrato moral que alguns textos posteriores deixaram.

Importa não esquecer que D. Maria casou muito jovem, com apenas 18 anos, com o rei consideravelmente mais velho (com 31 anos) que já fora casado com a sua irmã mais velha e que tinha ainda vivas a sua mãe, a infanta D. Beatriz, e as suas irmãs, com particular destaque para a rainha D. Leonor que como rainha continuava e continuaria, obviamente, a ser tratada, mas agora com a autoridade da viuvez, da idade e do poder económico que detinha...

³⁰ Fr. JOSÉ DE SIGÜENZA, *Historia de la Orden de San Jerónimo*, 133-4.

³¹ Ochoa de ISASAGA, Carta de 24 de Novembro de 1500, ed. cit., p. 69: «Fray Garcia no suele venir a palacio, sino quando le enbia llamar la señora reyna, de quando en quando».

³² «Vida de D. Maria», 148.

Neste quadro, compreende-se bem que D. Maria, pelo menos nos primeiros tempos após o casamento, recebesse com tanto alvoroço a correspondência dos Reis Católicos seus pais, como refere em algumas cartas o embaixador Ochoa de Isasaga. Por exemplo, numa carta datada de 24 de Novembro de 1500, conta este como, entrando na câmara da Rainha e vendo-a ela «con las cartas en la mano, alço la cabeza» e, ao sinal de confirmação do embaixador, pediu-lhas «con la mayor alegría del mundo, diciendo, vendito sea Dios que me vienen cartas del rey y de la reyna, mis señores, que no me podiera venir cosa mas deseada en este mundo». Todos se retiraram da câmara, ficando apenas a duquesa de Bragança com as damas, lendo as cartas e ouvindo todas as informações do embaixador. «Y dende un poco andovo por el palacio el mayor regozijo del mundo del plazer que avian. Y despues de todos ydos, al tiempo que yo sallí, la señora reyna quedo muy alegre rezando con doña Elvira»³³.

Do mesmo modo, é compreensível a importância dada por Ochoa de Isasaga à companhia e às conversas com a infanta D. Beatriz e com a duquesa de Bragança, D. Isabel, como aquelas que refere na mesma carta: «La señora reyna suele estar asentada en una camita, que hizieron a fuer de aqui, arrimada a la cama grande, con su colcha de carmesi pelo, que paresçe muy bien, porque sojuzga a todas las otras que se asientan alderredor; y, quando viene la ynfanta, se abaxa de la camita, y asientanse anbas arrimadas a ella; y, quando no esta allí la ynfanta, no se abaxa a nadie. La ynfanta y la duquesa de Bregança vienen muchas vezes a estar y holgar con la señora reyna, y mas vezes viene la duquesa, y la señora reyna huelga mucho con ella, porque es muy noble muger, a lo que paresçe»³⁴. Em outra ocasião, veio apenas D. Beatriz «que posa junto en otra camara, y estovo hablando con la señora reyna mas de media ora. Y la señora reyna descansa mucho con ella, a mi parescer»³⁵.

A novidade da corte portuguesa para esta jovem rainha, as diferenças de hábitos e de atitudes não terão sido impedimento quer para a entusiástica adaptação da corte portuguesa – já que «el señor rey le muestra mucho amor, y le haze mucho acatamiento, y todos estos cavalleros y señoras le hazen lo mismo»³⁶ –, quer para uma rápida adaptação da Rainha ao ambiente da corte portuguesa. Ochoa de Isasaga, na mesma carta, informou os Reis Católicos de que «la señora reyna esta muy buena e muy alegre», que «no paresçe sino un angel», o que não impedia, contudo, alguma estranheza em relação a alguns factos, embora sabendo dissimular «estas cosas que pasan aqui», o que o levou a aconselhar os Reis a que «le escrivan, avisandole de la forma que terna, así con el señor rey, como con otros, que ella querria seguir en todo la voluntad de V.A. como hija obediente a sus mandamientos»³⁷. Mas, se houve adaptação – inevitável – desta rainha aos hábitos da corte portuguesa, não terá havido também adaptação da corte portuguesa – que agora contava com um número signi-

³³ TORRE, Antonio de la, e SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos...*, III, 66-67.

³⁴ «Carta de Ochoa de Isasaga a los Reyes Católicos con noticias de la Corte portuguesa y de la reina María», in *Documentos...*, ob. cit., III, 67.

³⁵ «Carta de Ochoa de Isasaga...», in *Documentos...*, ob. cit., III, 68.

³⁶ «Carta de Ochoa de Isasaga...», in *Documentos...*, ob. cit., III, 67.

³⁷ «Carta de Ochoa de Isasaga...», in *Documentos...*, ob. cit., III, 68.

ficativo de damas e cavaleiros espanhóis –, senão a hábitos, pelo menos a gostos castelhanos?

É certo que a discrição da rainha está, desde logo, confirmada por várias atitudes que regista Ochoa de Isasaga e que terão ficado na memória dos vassalos e, claro, como vimos, dos cronistas de D. Manuel e de D. João III. E essa discrição – talvez se pudesse dizer: cuidada discrição – de D. Maria pode ajudar a perceber a ausência de notícias em diferentes tipos de documentos até 1517, ano da sua morte. Haverá ainda que ter em conta o protagonismo que foi tendo a rainha D. Leonor, quer no plano religioso, quer no plano cultural. Mas terá D. Maria – responsável, segundo o autor do *Carro de las Donas*, por cerca de 80 damas, mãe do príncipe herdeiro e de 9 infantes³⁸ – ficado totalmente alheia a diversas iniciativas culturais de âmbito cortesão, nomeadamente da motivação ou do estímulo à actividade artística de Gil Vicente (cujo primeiro auto foi representado na sua câmara após o nascimento do príncipe herdeiro), a algumas das temáticas e até de influências castelhanas dos seus autos?³⁹ A própria iniciativa de compilação e edição do *Cancioneiro Geral* – à imitação do *Cancionero General* (1511) de Hernán del Castillo – ter-lhe-á passado totalmente à margem? Que significados pode ter (mesmo sob o patrocínio de D. Leonor) a publicação, precisamente no ano posterior ao da sua morte, da tradução portuguesa do *Espelho de Cristina*, um manuscrito que não sabemos se trouxe consigo, mas que figurava entre os livros da sua mãe?⁴⁰

Não será abusivo pensar que a formação literária e cultural de D. Maria contou, muito provavelmente, com a leitura de alguns livros de temática ou incidência feminina segundo pautas de educação moral e religiosa que possuía Isabel a Católica. De facto, para além dos livros de âmbito religioso e político de Isabel, figuravam na sua biblioteca vários especificamente de «âmbito feminino»: a *Avisación a la noble Señora Doña María Pacheco* de Fr. Hernando de Talavera, seu confessor⁴¹; o conhecido livro «De las tres virtudes para enseñamiento de las mujeres» de Cristina de Pisano⁴², um *Espelho de damas* em francês de um franciscano anónimo, o *Verjel* (ou *Jardín*) de *Nobles Doncellas* de Fr. Martín de Córdova (que foi, como bem se sabe,

³⁸ Se é certo que dois deles (Maria e António) morreram na infância e que, dos restantes, quase todos morreram pelos seus 30 anos, não podemos esquecer que outros – Isabel, futura imperatriz, Beatriz, futura Duquesa de Sabóia, Henrique, futuro cardeal e rei – vieram a desempenhar importantes papéis políticos, culturais e religiosos.

³⁹ Como se sabe, a datação e didascália dos seus autos é a que fornece, muito posteriormente, a *Compilação* de 1562. Veja-se, em particular, OSÓRIO, Jorge A., «A Compilação de 1562 e a «fase» Manuelina de Gil Vicente», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, n.º XIX (2002), pp. 211-234.

⁴⁰ SÁNCHEZ CANTÓN, Javier, *Libros, tapices y cuadros que coleccionó Isabel La Católica*, Madrid, C. Bermejo, 1950, p. 26.

⁴¹ SÁNCHEZ CANTÓN, Javier, *Libros, tapices y cuadros que coleccionó Isabel La Católica*, 26. Da importância deste textos e de alguns dos seus significados nos finais do século XV e inícios do século XVI na Península Ibérica me ocupei em *Espelhos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1995, esp. Parte I.

⁴² A tradução portuguesa desta obra foi impressa por ordem de D. Leonor, com o título de *Espelho de Cristina*, em Lisboa em 1518, um ano depois da morte de D. Maria. Pura casualidade?

escrito para Isabel na esperança da sua subida ao trono de Castela), o célebre *Corbacho o Reprobación del amor mundano* do Arcipreste de Talavera e o *Libro de las virtuosas e claras mujeres* de D. Alvaro de Luna. É um núcleo importante de obras morais e com intuitos educativos, tanto do ponto de vista religioso e espiritual como moral e cortesão. E se tivermos em conta, por um lado, a importância educativa de Isabel a Católica sobre as suas filhas – a qual, segundo Luís Vives, também «quiso que sus cuatro hijas fuesen diestras en hilar, coser, bordar»⁴³, o que, obviamente, não exclui a formação literária e as práticas de leitura – e, por outro, o retrato moral que nos deixaram os autores atrás referidos, poderão ganhar especial sentido – em termos, se não de leitura ou influência directa, pelo menos de coincidência curiosa – diversos conselhos relativos ao comportamento das princesas e grandes senhoras contidos em quase todas estas obras.

Sirva aqui de exemplo a proposta de Fr. Martín de Córdoba de que «si todas las mujeres deben ser en esta guisa, por devoción a Dios, osequiosas, cuánto más deben ser las reinas y princesas, las cuales deben ser exemplo a todos de honrar y servir a Dios y defender la Iglesia y a las personas de ella; oír cada día sus misas, rezar sus horas y devociones, oír sermones y palabras de Dios; hacer que lean delante de ella cuando comen, y cuando están retraídas, lecturas honestas y santas; conversar con letrados y sabios que la puedan doctrinar de cosas divinales; pensar siempre en la otra vida y en la cuenta que a Dios ha de dar tan estrecha...», ter «compasión al prójimo», ser «osequiosas a enfermos, a pobres, a peregrinos y a toda otra gente desconsolada», mandar dar esmolas em seu nome e, claro, amar e honrar o marido, criar e educar os filhos⁴⁴. O retrato que todos os «biógrafos» atrás referidos nos dão desta rainha parecem confirmar (ou, pelo menos, querer confirmar) este modelo doutrinário que Martín de Córdoba formulou para a sua mãe Isabel – por ordem da mãe desta, sua avó, Isabel de Portugal – mas que a edição impressa da obra pode ter divulgado junto de outros públicos⁴⁵. De facto, a coincidência deste modelo doutrinário com a imagem retrospectiva que diversos autores deixaram de D. Maria – a «Sereníssima e Santíssima Rainha D. Maria» segundo as palavras de André de Resende⁴⁶ – é bem notória e não necessita de insistências.

Claro que estes autores – dois deles cronistas régios –, valorizando a discrição desta rainha, omitindo referências concretas às suas eventuais (que alguns disseram ser reais) influências junto do rei e da corte (portuguesa e espanhola, como sucede

⁴³ VIVES, Juan Luis, *Formación de la Mujer Cristiana*, Libro I, cap. III, in *Obras Completas*, Madrid, Aguilar, 1947, vol. I, 994.

⁴⁴ Fr. MARTÍN DE CÓRDOBA, *Jardín de Nobles doncellas*, ed. do P. Félix García, Madrid, Eds. «Religión y Cultura», 1956, 159-163.

⁴⁵ A obra terá sido escrita no ano de 1468 (ano da morte do príncipe D. Afonso, irmão de Isabel) e foi editada pela primeira vez em Valladolid em 1500 – precisamente o ano do casamento de D. Maria com D. Manuel – e reeditada em 1542 (duas edições diferentes, conforme tentou mostrar, a partir de distintas informações bibliográficas, o P. Félix García, «Prólogo», p. 45-48).

⁴⁶ RESENDE, André de, *Vida do Infante D. Duarte*, in *Obras Portuguesas*, ed. de José P. Tavares, Lisboa, Sá da Costa, pp. 79-132.

com a defesa de alguns assuntos da duquesa de Bragança⁴⁷), deixando estranhos silêncios relativos a eventuais relações da rainha com aspectos da vida cultural e, em alguns casos, política daquelas décadas, deixavam, convenientemente, sobressair tanto a autoridade e o poder político do rei nessa época crucial da afirmação do Império, quanto uma visão que se pretendia de exemplaridade feminina e que era coincidente, no essencial, com os mesmos modelos que, teoricamente, muita literatura doutrinária de então vinha difundindo, sobretudo, no amplo espaço ibérico. Curiosamente, a evolução das décadas seguintes sob o reinado de D. João III, em particular graças ao peso político de D. Catarina, tenderia a contrariar, moderada ou parcialmente, aquela imagem de discrição feminina, nomeadamente no que dizia respeito à compreensão e formulação do poder próprio da Rainha⁴⁸, o qual, obviamente, se não confinava à influência no espaço estritamente cortesão.

⁴⁷ Veja-se a carta de 29 de Março de 1501, in *Documentos...*, III, 86-87.

⁴⁸ Como já tentei mostrar em outros locais, sobretudo em «Literatura moral, discursos jurídicos. Em torno dos privilégios femininos no século XVI», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, vol. XVIII (2001), o peso político de D. Catarina foi acompanhado de uma influência cultural que urge rever com maior profundidade. Efectivamente, a «politica interior da corte» – como a viria a designar BROCHADO, José da Cunha, na *Censura ao Catalogo chronologico, historico, genealogico, e critico das rainhas de Portugal* de D. José Barbosa (Lisboa, 1727), s.n. – pode ter sido bem mais influente do que a historiografia institucional deixa transparecer...